

EM BUSCA DO ELO PERDIDO: solidariedade em um mundo pós-moderno

Daniela Cristina COMIM¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar de que maneira as mudanças ocasionadas pela modernidade e pela pós-modernidade refletiram na forma como os indivíduos se relacionam. A análise é realizada à luz dos textos de Bauman, Beck e Habermas onde cada autor discute o tema sob diferentes enfoques e busca apontar o caminho para a construção de um mundo menos individualista e mais cosmopolita. Além disso, reflete qual seria o papel da sociologia neste processo.

Palavras-chave: Modernidade. Pós-Modernismo. Bauman. Beck. Habermas.

IN SURCH OF THE LOST LINK: solidarity in a postmodern world

Abstract: The aim of this article is to analyze in which way the changes caused for modernity and postmodernity reflected in the way of the individuals interrelate. The analysis is performed in the light of Bauman, Beck and Habermas' texts where each author discuss the theme under different focus and search for the way to build a world less individualist and more cosmopolitan. Furthermore, think about what would be the sociology role in this process.

Keywords: Modernism. Postmodernism. Bauman. Beck. Habermas.

Introdução

O significado de moderno é definido pelos verbetes dos dicionários como algo que é hodierno, atual. Concepção semelhante é a do senso comum que classifica como moderno tudo aquilo que é novo, geralmente relacionado a algum tipo de inovação tecnológica ou a um comportamento muito diferente daquele socialmente aceito.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP – Campus de Araraquara). Email: danielac_ri@hotmail.com.

Historicamente, o termo moderno ou modernidade é caracterizado por mudanças profundas ocorridas no seio da sociedade antiga, em outras palavras, pela dissolução do cosmos, isto é, “de um mundo de estrutura hierárquica e ordenada, um mundo qualitativamente diferenciado desde o ponto de vista ontológico” (Koyré apud ZUIN, 2011). O conceito de cosmos traz, portanto, a idéia de ordenação onde cada coisa tem uma função, um papel a ser desempenhado.

O mundo antigo caracterizava-se assim, por um espaço fechado, pois o “universo” do indivíduo antigo restringia-se ao ambiente de sua casa e de sua família e, mais tarde, de sua comunidade. Neste espaço havia uma univocidade valorativa e as relações sociais eram caracterizadas pela receptividade e tais conceitos estavam ligados a uma visão sacra do mundo. Todos estes elementos em conjunto, davam aos indivíduos maior segurança em relação à sua vida e ao seu destino.

A transição do mundo antigo para o mundo moderno traz consigo uma série de mudanças não apenas na “vida material” dos indivíduos, mas, sobretudo, em sua subjetividade. Com o advento da modernidade as crenças, os símbolos e as tradições que davam sentido ao pensar e agir dos homens são dissolvidos dando lugar a uma nova subjetividade valorativa caracterizada agora pelo uso da razão. A Ciência passa agora a ocupar o lugar que antes era de Deus e o homem passa a ser o condutor de sua vida, de sua história, de seu destino.

Contudo, a emancipação do gênero humano trouxe como conseqüências o medo e a angústia, pois se está agora diante de um mundo repleto de incertezas. O tão sonhado “progresso” não trouxe consigo apenas aspectos positivos como se acreditava, trouxe também guerras, desigualdades, medos e incertezas.

A emancipação que se busca hoje é, pois, a emancipação do gênero humano, tal qual Marx fala em seu livro “Sobre a questão judaica”. É tornar o homem capaz de pensar e agir de forma própria e efetuar a negação dos valores e princípios que lhes são colocados e que geram a permanente dominação do homem pelo homem. É tornar-se capaz de olhar o “Alter” não como um fim em si, um objeto, mas como um ser que, embora com ideais e subjetividades divergentes, tem um destino comum.

A questão que se coloca é como fazer isto. O homem que antes vivia em um cosmos fechado, ou seja, no espaço de sua casa e de sua comunidade, na modernidade e, sobretudo, na pós-modernidade, torna-se individualista e perde o senso de comunidade. Se o mundo pós-moderno é o mundo da alteridade, onde não há mais univocidade de valores e o espaço de ação é global, como fazer com que ressurgja uma solidariedade

que faça com que os homens pensem e ajam levando em consideração o outro? Em outras palavras, como fazer surgir uma solidariedade a nível transnacional, cosmopolita? Este artigo busca, assim, discutir estas questões através da reflexão dos textos de Zygmund Bauman, Ulrich Beck e Jürgen Habermas onde cada autor debate a questão da modernidade e da pós-modernidade bem como suas conseqüências e apontam alternativas para os problemas daí decorrentes.

A modernidade líquida de Zygmund Bauman

O termo pós-moderno ou pós-modernidade ainda encontra-se em um processo de construção. Inúmeros nomes existem para defini-lo cada qual enfatizando um aspecto ou um ponto de vista dos estudiosos da pós-modernidade.

Zygmund Bauman batizou este período, ainda em construção, de “Modernidade Líquida”. O adjetivo “líquida” é por ele atribuído ao fato de que, na era pós-moderna (ou na segunda modernidade), não há mais rigidez de conceitos, pelo contrário, ela é caracterizada pela erosão das formas de senso e de significação como os conceitos de família, classe, partido e Estado. Além disso, é marcada pela diversidade de formas e estilos de vida, pela presença da guerra, pela militarização da sociedade e pela cultura da violência.

De acordo com Bauman (2005), já a partir do final da Segunda Guerra Mundial o mundo passa por transformações as quais ainda não conseguimos compreendê-las em toda sua plenitude. Uma destas transformações foi a passagem do “modelo de Estado Social” para o do “Estado excludente”, “de justiça criminal” e “penal”. Assim, o Estado que antes era o garantidor do bem-estar social de seus cidadãos passa a se ocupar de questões econômicas e de segurança. Consequentemente, as fronteiras entre o “Nós” e os “Outros” se tornam ainda mais rígidas.

Interessante notar como a modernidade (e a pós-modernidade) é ambivalente. Com a globalização o fluxo de pessoas e mercadorias entre países aumentou vertiginosamente e fugiu ao controle do Estado-Nação. Nunca as culturas e as economias foram tão interconectadas. Porém, ao mesmo tempo, assiste-se a um processo de fechamento destas mesmas fronteiras o qual ocorre mediante ao medo de que o outro tome meu emprego ou se torne um “dejeto” cuja “eliminação” seja necessária.

De acordo com Bauman (2005), diante desta perda de poder no mundo globalizado, o Estado defende fórmulas individuais para solucionar

o problema da segurança coletiva ao mesmo tempo em que se utiliza deste medo na elaboração de novas fórmulas políticas como ocorre com a questão das imigrações. O Estado, ao proteger suas fronteiras contra os “indesejados” e ao desenvolver políticas anti-migratórias, tenta reforçar sua legitimidade perdida, pois estas ainda são as únicas forças que o Estado consegue controlar.

Assim, o sonho por um mundo onde não haveria escassez não se tornou realidade. A modernidade revelou que a ciência e a técnica ao invés de diminuir a escassez e eliminar as guerras ocasionaram ainda mais lutas e desigualdades e, conseqüentemente, maior insegurança - agora também em escala planetária. Nas palavras de Bauman (2005).

“El ‘progreso’, en otros tiempos la manifestación más extrema de optimismo radical y promesa de felicidad duradera universalmente compartida, está ahora ubicado en el polo diametralmente opuesto, diatópico y fatalista de las expectativas: hoy encarna la amenaza de un cambio implacable e inexorable que, lejos de augurar paz y alivio, no hace más que presagiar una crisis una tensión continuas que no dejarán un momento para el respiro” (BAUMAN, 2005, p. 88).

Porém, para o autor a insegurança do mundo moderno deriva, sobretudo, da sensação de incapacidade que os homens sentem em não conseguir alcançarem uma segurança completa. Assim, diante deste “fracasso”, o homem antes de admitir seus limites, cria um inimigo externo (um delinqüente, nas palavras do autor) sobre o qual depositam a culpa pelo seu constante medo. Há, pois, na modernidade, uma desconfiança permanente em relação ao “outro” que é sempre visto como uma ameaça em potencial. Tal comportamento seria atribuído “ao individualismo moderno” (CASTEL, apud BAUMAN, 2005, P.16).

Este individualismo nasce, de acordo com o autor, a partir da dissolução dos laços de solidariedade que existiam na “modernidade sólida”. Havia um sentimento solidário no âmbito profissional, na relação entre capital e trabalho a qual era amparada pelas regras estabelecidas pelo Estado (normas trabalhistas). Além disso, havia uma perspectiva clara em relação à carreira dentro da empresa e os fracassos eram atribuídos à “má sorte” ou a “incidentes fatais”.

No mundo da “modernidade líquida”, para usarmos a terminologia de Bauman, isto não mais ocorre. O que se assiste dentro das empresas é uma competitividade cada vez mais acirrada entre os trabalhadores em qualquer hierarquia – desde o chão da fábrica até o mais alto cargo

administrativo. E, “quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues aos seus próprios recursos (BAUMAN, 2009, p.21)”. Além disso, não há mais a perspectiva de construção de uma longa e sólida carreira dentro de uma empresa, pelo contrário, a rotatividade é cada dia maior. O homem da pós-modernidade precisa estar em constante movimento e atribui sempre a si mesmo a culpa pelos fracassos profissionais, e esta sensação de incapacidade invade a esfera de sua vida cotidiana. Portanto, todos estes fatores em seu conjunto geram um sentimento de insegurança que é constante.

Os políticos, ao seu turno, incentivam cada vez mais a busca de soluções individuais para a sensação de insegurança vivida pelos cidadãos modernos. Incitam uma maior flexibilidade o que, para Bauman, causa ainda mais insegurança e incerteza. De acordo com autor, há, cada vez mais, uma privatização da vida. As sociedades não mais são incentivadas a agirem coletivamente e a buscarem soluções conjuntas para seus problemas. O medo é também explorado pelas empresas e se tornou, na sociedade Pós-Moderna, uma estratégia de marketing eficaz. Como afirma Bauman “assim como o dinheiro líquido disponível para investimentos de todo tipo, o ‘capital do medo’ pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial” (BAUMAN, 2009, p.55).

Mas então, qual a saída para que o “outro” não mais seja visto como ameaça e para que a insegurança que ronda o homem da pós-modernidade seja superada? Bauman afirma que solução está em construirmos ferramentas que sejam capazes de reunir novamente o poder e a política os quais hoje estão desligados no seio do Estado-Nação já que este não mais tem em suas mãos o poder de fato. Porém, tais ferramentas devem ser de abrangência global, pois, os problemas “*son globales y, como tales, no admitem soluciones locales*” (BAUMAN, 2005, p.104).

Porém, como aponta o autor, um dos grandes problemas da “modernidade líquida” é que as elites globais estão cada vez menos interessadas pelo local onde vivem e se identificam com um espaço que não é real cujas relações se dão por meio das redes de comunicações globais. Neste espaço, as grandes instituições e empresas transnacionais regem a vida dos homens modernos e passam a ter o domínio da vida não apenas material, mas também simbólica do homem. Tais instituições são capazes de criarem símbolos os quais passam a ser sinônimo de identidade para os homens da modernidade líquida. Assim, podemos afirmar que a identificação com o outro não mais ocorre por meio de símbolos de sua comunidade local, mas por meio de “marcas” e “logotipos”. A identidade passa assim a ser comprada, a ser comercializada como uma mercadoria o que faz com que o homem perca sua real identidade. Tal processo gera uma

homogeneização cultural que somente é possível na era Pós-Moderna e, ao mesmo tempo, gera a dissolução da solidariedade, pois não existe mais o substrato subjetivo da comunidade, há apenas símbolos que se alteram de acordo com o ânimo do mercado.

Contudo, neste espaço ainda não foram criadas instituições capazes de reger a política em nível transnacional e as instituições políticas permanecem ainda no nível local. Diante disso, o Estado, fragilizado em sua capacidade de exercício de sua soberania, se volta para os problemas locais. Contudo, a tarefa não é fácil, pois os problemas que atingem o local cada vez mais têm suas raízes no espaço global. Porém, para Bauman (2009) é esta a solução que deve ser buscada: um resgate da política, do espaço público onde seja possível estabelecer-se um diálogo que respeite as diversidades. “Com o passar do tempo, a exposição à diferença, transforma-se em fator decisivo para uma convivência feliz, fazendo secar as raízes urbanas do medo” (BAUMAN, 2009, p.71).

É neste contexto marcado pela insegurança e pela ausência da solidariedade que a Sociologia teria para o autor, o papel fundamental de revelar ao homem o que está por detrás de cada palavra dita e de cada guerra travada. À sociologia não cabe o função de dizer ao homem o que é certo ou errado, mas de mostrar-lhe, mediante o uso da racionalidade, a essência das coisas, de revelar a ele as causas dos conflitos, as idéias e os interesses daqueles que estão em busca do domínio da posse material e simbólica. Para tanto é preciso fazer-se uma análise do tempo presente, mas sempre levando em consideração o passado, pois é nele que se encontram as raízes dos problemas, as causas que devem ser compreendidas.

Bauman (2001) ressalta o importante papel que a sociologia tem na sociedade da “modernidade líquida”. Em suas palavras “*a sociologia é mais necessária do que nunca* [grifos do autor]. O trabalho em que os sociólogos são especialistas, o trabalho de trazer novamente à vista o elo perdido entre a aflição objetiva e a experiência subjetiva, se tornou mais vital e indispensável do que nunca”(BAUMAN, 2001, p.241). Assim, para o autor, cabe à sociologia construir conceitos e permitir à sociedade - que está diante de constantes conflitos ocasionados pelas forças econômicas e políticas - se relacionar com a alteridade. Além disso, Bauman também confere à sociologia a função de fornecer aos indivíduos a capacidade de fazer escolhas individuais, as quais sejam “verdadeiramente livres”.

A modernização reflexiva e o cosmopolitismo transnacional de Beck

Beck, por sua vez, nomeia de “Modernização Reflexiva” a nova fase da modernidade e desenvolve o termo “sociedade de risco” para designar a sociedade criada e que traz no seu seio os problemas decorrentes desta nova modernização com os quais ela precisa se confrontar. “‘Modernização reflexiva’ significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O ‘sujeito’ dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 12).

Segundo o autor, o adjetivo “reflexivo” tem seu significado relacionado à *autoconfrontação* e não de *reflexão*, pois, segundo ele, a passagem da primeira modernidade para a fase que ele chama de “período de risco” se dá através de um processo autônomo da modernização. Isto significa que os cidadãos não tomaram consciência desta transição e de suas consequências. Ser reflexivo é, pois entender o impacto que a modernidade teve e ainda tem na sociedade.

De acordo com o autor, o dinamismo da sociedade moderna tem causado a destruição de tudo aquilo que ela mesmo criou: formações de classes, camadas sociais, setores empresariais, dentre outros, além dos “pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico”. As instituições da sociedade moderna não mais conseguem ter o controle político e social e acabam por legitimar as ameaças que são fruto dessas modificações. Como resultado, o que se tem é uma sociedade marcada pelo medo e pela insegurança, uma “sociedade de risco”. Nas palavras do autor: “este conceito designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial.” (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 15).

Beck (1997) coloca que se na sociedade industrial os conflitos se davam em razão da disputa pelos bens como renda, emprego e seguro social, na sociedade de risco os problemas decorrem da distribuição dos “malefícios”, ou seja, dos problemas gerados pela modernização em sua segunda fase. O principal problema é como definir o que realmente é ameaça/perigo, pois tais conceitos são, antes de tudo, uma construção *congnitiva* e *social*. O que o autor quer, portanto, é chamar a atenção para a necessidade de redefinir os conceitos, pois não há como se utilizar de soluções antigas para problemas cuja base subjetiva se alterou. A solução para os problemas da pós- modernidade para Bauman deve assim ser bus-

cada, antes de tudo, em uma reflexão da sociedade diante das mudanças da passagem da sociedade industrial para a pós-moderna e das consequências daí decorridas. Somente a partir desta reflexão e da redefinição dos conceitos e dos valores do mundo atual é que será possível construir uma sociedade mais segura.

Portanto, para Beck (1997), “risco” não é algo que pode ser sistematicamente identificado e matematicamente quantificado, pois ele é, antes de tudo, uma construção social. Por esta razão, os atores mais poderosos instrumentalizam este conceito a seu favor e fazem de sua definição um jogo de poder. Tal visão é análoga ao conceito de “capital do medo” de Bauman.

Há ainda outro problema apontado pelo autor que ele chama de “processo de individualização”. Ao passar do mundo antigo para o mundo moderno, o indivíduo libertou-se das “certezas” que faziam parte daquele cosmos mas teve então que deparar-se com um novo mundo marcado pelas incertezas e pela alteridade. Neste novo cosmos, o indivíduo passa a ter, em alguns casos, o amparo de uma jurisdição que lhes garante direitos e obrigações mas que faz com que ela se sinta mais do que nunca um ser individual. Em outras palavras, ao deparar-se com as dificuldades da sociedade de risco, o indivíduo não mais tem a solidariedade de sua família ou de sua comunidade, pelo contrário, ao ser dono de seu próprio destino ele deve, como tal, ser responsável pelas soluções de seus próprios problemas.

A este processo de individualização, Ulrich Beck e Elisabeth Beck (2003) o designam mais tarde de “individualismo institucionalizado”. De acordo com os autores, as instituições da sociedade moderna foram criadas para garantir aos indivíduos direitos sociais, políticos e civis reforçam o processo de individualização e, portanto, destroem os fundamentos que garantem a coesão social, na medida em que tais direitos tem como sujeito o indivíduo e não a comunidade.

Porém, Beck (1997) aponta que é exatamente no conceito de risco que reside a possibilidade, não de uma solidariedade transnacional, mas da criação de uma sociedade que seja capaz de considerar o “outro” além-fronteira quando da tomada de suas decisões. Isto é possível pois ao mesmo tempo em que a globalização cria o processo de individualização ela também gera novas interdependências agora não apenas locais mas também globais. “En efecto, por paradójico que pueda parecer, es precisamente la individualización y fragmentación de las crecientes desigualdades en biografías separadas lo que se constituye en una experiencia colecti-

va” (BECK, BECK-GERSCHEIN, 2003, p.33 apud LEISERING, LEIBFRIED, 2009).

Hoje vivemos em um mundo em que é impossível desconsiderar a existência do outro. Crises financeiras ou catástrofes climáticas atingem a vida cotidiana das pessoas de maneira direta ou indireta e geram debates políticos, econômicos e sociais a nível mundial. Há pouco tempo atrás o Japão foi assolado por um terremoto seguido de uma *tsunami* que, além de ter causado milhares de mortes teve como consequência um grave acidente nuclear. Imediatamente centenas de debates espalharam-se pelo mundo a cerca da viabilidade de se utilizar este tipo de energia. Este é apenas um exemplo de vários que poderiam ser citados para mostrar como as sociedades hoje são cada vez mais interdependentes.

Assim, de acordo com Beck (2008), o mundo do risco global vive um momento cosmopolita. Os riscos se tornaram um elemento comum aos “cidadãos do mundo” pois eles são globais. Portanto, faz-se necessário a inclusão do “outro” assim como é preciso buscar soluções conjuntas para riscos – sejam eles sociais, políticos, econômicos ou climáticos – que são comuns. “A sociedade de risco nos força a reconhecer a pluralidade do mundo, a qual poderia ser ignorada no panorama nacional. Os riscos globais abrem um espaço moral e político que pode produzir uma cultura civil da responsabilidade que transcende fronteiras e conflitos” (BECK, 2008).

Todavia, como o próprio autor explica, seu conceito de cosmopolitismo difere muito daquele sonhado por Kant para o qual haveria a evolução do homem, via uso da razão, e que todos passariam a se relacionarem como iguais, como “cidadãos do mundo”. Muito além de uma questão filosófica, o cosmopolitismo de Beck é consequência dos efeitos que a industrialização e a globalização efetuaram. É, portanto, fruto da necessidade de se desenvolver mecanismos que sejam capazes de controlar os riscos decorrentes destes processos. Assim, para o autor, o cosmopolitismo é uma possibilidade objetiva e, necessária.

Porém, como os controles do risco seriam administrados no âmbito de uma sociedade civil mundial, cosmopolita? A resposta que Beck (2008) dá a esta questão é via criação de uma “política cosmopolita real”. Os Estados deveriam desenvolver políticas domésticas globais, ou seja, políticas que tornem possível a administração dos riscos globais, que estabeleçam alianças com outros países e que viabilize o desenvolvimento de um mundo mais justo. Assim, os efeitos da política cosmopolita iriam ao encontro dos interesses nacionais e, conseqüentemente fortaleceria o poder político dos Estados. Uma sociedade civil ativa teria papel funda-

mental neste contexto. Porém, Beck alerta que a esfera pública da sociedade de risco difere daquela descrita por Habermas na qual todos teriam as mesmas chances de participação e cujo relacionamento se daria via discurso racional. Segundo Beck (2008) os indivíduos reagem mediante a reflexão sobre as conseqüências de suas ações. Quando as conseqüências de tais ações são percebidas como riscos os indivíduos se mobilizam e passam a discuti-las, a se preocupar com elas.

Portanto, para Beck, se a modernidade trouxe consigo problemas os quais se intensificam na pós-modernidade. Cabe, pois aos indivíduos debruçarem sobre esta nova realidade e entendê-la com o objetivo de encontrar soluções as quais não mais podem ser locais, mas globais. Se o mundo no qual vivemos não mais possui os fundamentos subjetivos de antes, a política, como instrumento de poder também deve ser revista e renovada em seus conceitos.

A Constelação Pós-Nacional de Habermas

Jürgen Habermas em seu livro “A constelação pós-nacional”, assim como Bauman e Beck, também está preocupado com as conseqüências geradas pelo processo de globalização. Porém, Habermas (2001) concentra suas análises na perda de poder do Estado-Nação e na busca de uma alternativa para que a democracia seja garantida nesta nova configuração mundial.

De acordo com o autor, os campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, criaram um sentimento de coletivismo entre os indivíduos “um macro-sujeito que age coletivamente”, porém, em meados deste século, os meios de comunicação de massa geraram uma dispersão dos indivíduos que se tornou “um público disperso das mídias de massas”.

Tal qual como Bauman e Beck, Habermas (2001) aponta os problemas decorrentes do avanço do capitalismo e da extinção do Estado de Bem Estar Social: aumento da pobreza, insegurança social e a conseqüente desintegração social. Tais fatores ocasionam na dissolução da solidariedade entre os indivíduos e, em longo prazo, na destruição da cultura política liberal tão cara à democracia.

O autor alerta, portanto, para o fato de o neoliberalismo e a globalização estarem gerando graves problemas sociais para os quais o Estado-Nação não mais tem o poder de solucioná-los. O resultado é uma crise social que destrói o substrato da solidariedade e afeta assim a política democrática. Assim, o Estado que já está com seu poder de ação limitado

acaba por perder a cada dia ainda mais sua legitimidade perante seus cidadãos.

A questão colocada por Habermas é então: como garantir uma sociedade mais justa e democrática para além do Estado Nacional? A resposta do autor parte da premissa de que a globalização trouxe problemas que ameaçam o mundo inteiro. “(...) fica cada vez mais evidente a estreiteza dos teatros sociais, o caráter público dos riscos e o enredamento dos destinos coletivos” (HABERMAS, 2001, p.72). Tal constatação assinala a necessidade de os Estados buscarem soluções conjuntas, ou seja, adotarem uma postura cooperativa, cosmopolita. A questão é como conseguir isto. Na visão habermasiana, é apenas a partir do desenvolvimento da consciência dos próprios cidadãos - enquanto participantes de uma comunidade internacional - que esta atitude cooperativa será possível. O ponto de partida deve ser, portanto o próprio indivíduo e não os Estados-Nacionais e suas elites governamentais.

Porém, apenas o desenvolvimento de uma “consciência individual” não é suficiente. Para Habermas, é preciso desenvolver mecanismos de institucionalização dos procedimentos que irão reger os interesses mundiais e gerar interesses internacionais comuns. Tais procedimentos não podem, contudo, serem administrados pelos Estados Nacionais que são “racionalistas egoístas”, e sim por movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais. O desenvolvimento de uma solidariedade cosmopolita deve ser ancorada não nos Estados, mas nos cidadãos de cada Estado. É preciso, portanto que haja uma “mudança valorativa” na mentalidade de cada indivíduo os quais ao atuarem no âmbito de espaços públicos internacionais sejam capazes de resgatar a solidariedade perdida e de desenvolvê-la agora em nível transnacional, cosmopolita.

Habermas afirma que existem duas esferas de integração: a das “redes” que seriam as relações proporcionadas pela expansão dos fluxos econômicos, das redes de transporte e de comunicação, e a integração dos “mundos da vida” o qual consiste em uma integração social. À medida que o processo de globalização aumenta os fluxos das redes, consequentemente há uma maior integração social e a constituição de novos “mundos de vida”. Assim, o que Habermas quer mostrar é que, muito além de produzir mudanças econômicas, a globalização produz uma mudança subjetiva proporcionada pelo maior contato com o “outro”. As ligações com a família, comunidade, com as origens, diminuem e o torna mais isolado do grupo ao mesmo tempo em que o deixa aberto a novas escolhas, a novas relações sociais. Mais uma vez observa-se quão paradoxal é a modernidade.

O enfraquecimento do Estado de Bem Estar Social ao mesmo tempo em que gera uma maior flexibilização do trabalho tem como consequência maior desemprego; a individualização permite a constituição de novas identidades, mas também gera uma fragmentação social e uma perda de coesão social e, conseqüentemente, perda do poder político dos cidadãos. Portanto, se não há mais coesão social, a capacidade política dos cidadãos fica fragilizada e daí a necessidade de se constituir uma nova forma de organização que garanta o exercício da democracia dentro do Estado Pós-Nacional. Habermas enxerga a União Européia como um possível modelo a de autocondução democrática a ser seguido.

A União Européia, porém, não deveria concentrar suas atenções apenas nos aspectos econômicos da integração, mas também suas instituições políticas as quais precisariam impor regras redistributivas aos participantes do mercado. Contudo Habermas alerta que apenas isto não seria suficiente: “Um fortalecimento da capacidade de governo das instituições européias não é pensável sem o aumento da sua base de legitimação formalmente democrática” (HABERMAS, 2001, p.125). Os cidadãos europeus precisariam ver uns aos outros como habitantes de uma mesma comunidade política.

Assim, na visão habermasiana, a garantia da democracia além do Estado-Nacional depende da construção de uma solidariedade européia. Apenas quando os cidadãos dos países europeus verem-se como cidadãos de uma mesma nação é que será possível uma política democrática transnacional, pois a solidariedade gera a “base de legitimidade das instituições européias” (HABERMAS, 2001, p.127).

Então, se a formação de uma identidade coletiva européia é necessária para se dar continuidade ao processo democrático na “Constelação Pós-Nacional”, para usarmos o termo habermasiano, como se daria a formação da referida identidade? A resposta do autor é que não seria via integração funcional como através do aumento dos fluxos econômicos, mas através de um processo de aprendizagem que deve começar a partir de discussões de partidos políticos nas arenas públicas nacionais e se expandir para uma arena pública européia. Concomitantemente, é de fundamental importância a atuação da sociedade civil através dos movimentos sociais organizados como as Organizações Não-governamentais.

Portanto, para Habermas, o enfrentamento dos problemas gerados pelo processo de globalização e a conseqüente perda de poder do Estado-Nação deve ser uma mudança subjetiva das consciências dos indivíduos que devem pensar e agir não mais como cidadãos nacionais, mas como cidadãos do mundo cujas ações devem ocorrer em um espaço público

transnacional a começar pelos movimentos sociais e pelas Organizações Não-Governamentais.

Admirável Mundo Pós-Moderno?

Impossível não dizer que o mundo Pós-moderno é fortemente marcado pelo individualismo, pelo consumismo desenfreado, pela ausência de sentimento de solidariedade e pelos fluxos constantes, sejam estes de capital, de pessoas, ou de mercadorias. O cenário das grandes metrópoles é um retrato fiel e um resumo de tudo aquilo que a modernidade e, posteriormente a Pós-Modernidade criou. Pessoas andam em um ritmo frenético, mal observam o que está ao seu redor, ou melhor, *aqueles* que estão ao seu redor. Todos estão preocupados consigo mesmo. Um olhar atento se dirige apenas à vitrine mais próxima em busca de algo a ser consumido e que fará com que o indivíduo se sinta mais feliz.

A desigualdade também fica evidente ao se olhar os bairros nobres, arborizados em contraste com a miséria das favelas. Pessoas passando fome e frio nas ruas passam despercebidas, pois já se tornaram parte do cenário da vida diária dos indivíduos. As grades e cercas que circundam as casas, e os altos muros e os modernos sistemas de segurança dos suntuosos condomínios fechados revelam a insegurança e a indiferença que caracterizam o homem da pós-modernidade. O indivíduo ao invés de encarar o mundo que ele mesmo ajudou a produzir prefere criar um mundo próprio onde a paz e a felicidade reinam ilusoriamente.

Os indivíduos do mundo antigo buscavam maior liberdade e acreditavam que o progresso seria a cura para todos os males do mundo. Porém, tal progresso embora tenha trazido a cura para algumas de nossas enfermidades, gerou outras tantas. As máquinas que ajudariam o homem a gerar maior produtividade e auxiliar em seu trabalho, tornando-o menos pesado, também trouxeram o desemprego em massa. As mulheres que sonhavam em ter direitos iguais aos homens, hoje se culpam por não ter tempo suficiente para sua família. Assistiu-se a um grande processo migratório do homem do campo para os grandes centros urbanos, mas agora parece começar a surgir uma busca do indivíduo das grandes cidades por locais onde o ritmo de vida é mais desacelerado.

O surgimento da internet, por sua vez, criou uma liberdade nunca antes alcançada. É possível “estar” em qualquer lugar do mundo a qualquer hora na velocidade de um clique. Os indivíduos podem comunicar-se com outros em qualquer canto e ter contato com outras línguas e culturas, porém tudo isto é realizado solitariamente. O que se pretende cha-

mar a atenção aqui é que, embora o homem tenha uma rede de contatos sociais cada vez mais extensa, ele se sente concomitantemente e, na mesma medida, cada dia mais sozinho. As comunidades que existem hoje não mais têm como substrato valores intersubjetivamente compartilhados. As comunidades são virtuais e podem desaparecer a qualquer instante.

Diante de uma realidade tão complexa e incerta, os sociólogos de todo o mundo se questionam sobre qual será a solução para todos os problemas que se enfrenta na pós-modernidade. É sabido que não é possível fazer um retorno ao passado e se restaurar os valores e os conceitos de outrora. Contudo, é preciso buscar alternativas para que seja possível uma convivência mais justa, segura e feliz no mundo pós-moderno.

Como visto, Bauman, Beck e Habermas apontam cada qual a seu modo, a necessidade de as mudanças começarem “de dentro para fora”. Em outras palavras, o que se pretende dizer é que, embora seja preciso desenvolver soluções para problemas que são globais, as mudanças devem partir do plano individual e subjetivo.

Para Bauman e Beck a sociologia teria um papel fundamental na tarefa de se realizar uma “revolução subjetiva”. Os indivíduos precisam, antes de tudo, compreender a realidade na qual vivem, serem capazes de identificar os reais interesses e as ideologias que estão por detrás dos discursos das grandes empresas transnacionais, da política e das redes de comunicação em massa. Já para Habermas, os movimentos sociais e as Organizações Não-Governamentais seriam os espaços onde poderiam ser criados novos sentidos de solidariedade que poderiam se expandir para espaços públicos transnacionais sendo possível a construção de uma solidariedade cosmopolita.

É preciso que ocorra uma emancipação humana, isto é, que os seres humanos sejam capazes de pensar e agir livremente. Livre aqui, contudo, significa muito mais do que poder fazer escolhas individuais, significa, sobretudo, fazer escolhas despidas de ideologias impostas por forças externas. A verdadeira emancipação deve ser portanto, a ideológica. Os seres humanos precisam desenvolver a capacidade de compreenderem o mundo em que vivem e negarem os valores e princípios estabelecidos, criando, conjuntamente, novos conceitos e valores que sejam comuns a todos e que faça com que o indivíduo olhe o outro, não mais como um objeto, mas como um “diferente” que tem um destino comum.

Se o mundo pós-moderno destruiu a base subjetiva que unia os indivíduos e que possibilitava a existência da solidariedade e da identidade entre as comunidades, é preciso que um novo substrato valorativo seja criado o qual permitirá criar novamente um cosmos onde a alteridade

seja respeitada. Porém, isto somente será possível a partir de uma mudança que deve começar nos indivíduos e é justamente neste sentido que a sociologia tem seu papel fundamental.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. *Archipiélago de excepciones*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009, p.13-73.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.231-54.

BECK, U, BECK-GERSCHEIN, E. *La individualización El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós, 2003, p.37 - 116.

BECK, U. Dios Personal. *La individualización de la religión*. Barcelona: Paidós, 2009 p.11-27, p.29-56.

BECK, U. GIDDENS, A. e LASH, S. *Modernidade reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p.11-71.

BECK, U. *La sociedad del riesgo mundial. En busca de la seguridad perdida*. Barcelona: Paidós, 2008, p.285-312.

HABERMAS, J. II *A constelação pós-nacional*. In: HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional*. São Paulo: Littera, mundi, 2001.

MARX, K. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010

ZUIN, J. *Curso de Sociologia do Conhecimento*. Araraquara, 2011.